

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (AFN) Alexandre Nascimento da Silva

O EMPREGO DAS OPERAÇÃO ANFÍBIAS NO SÉCULO XXI  
EM POSSÍVEIS CONFLITOS PELO BRASIL.

Rio de Janeiro

2020

CC (AFN) Alexandre Nascimento da Silva

O EMPREGO DAS OPERAÇÃO ANFÍBIAS NO SÉCULO XXI  
EM POSSÍVEIS CONFLITOS PELO BRASIL.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG (RM1-FN) Antônio Carlos Rodrigues Martins.

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2020

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por ter a oportunidade de chegar a um momento ímpar de minha carreira, com saúde e, mesmo com esse ano convivendo com várias adversidades causada pela Pandemia do COVID-19, tenha conseguido chegar à etapa final.

Minha querida família, esposa, filho e filha, pela ajuda e apoio incondicional em todos os momentos, inclusive em horários nada favoráveis, como ficamos juntos na madrugada revisando e revendo toda a produção do meu trabalho.

Aos meus comandantes, CC Cristiano e posteriormente CF Fajard, agradeço ao apoio, orientação, críticas e observações que foram fundamentais para que pudesse equilibrar as minhas funções de Imediato e aluno do curso da EGN.

Aos componentes da Tripulação da Capitania Fluvial de Mato Grosso, por entenderem a importância de uma curso da EGN para a carreira de um oficial, na qual todos procuravam, na medida do possível, resolver os problemas de forma que não precisavam tanto de minha intervenção.

A toda equipe do Corpo Docente agradeço por toda a dedicação e apoio incondicional em todas as fases de produção, principalmente ao meu orientador CMG (RM1-FN) Rodrigues, CMG (RM1-T) Chiara e SO (RM1) Rodrigues que, mesmos distantes, não mediram esforços e tempo disponível para tirar dúvidas e aprimorar toda a produção deste trabalho.

Também tenho que registrar o grande apoio do CMG (FN) Vallim, a qual recorri em alguns momentos na produção do conteúdo, pois pelo seu conhecimento amplo e uma forma simples e eficaz, em traduzir um problema complexo em uma simples observação, teve uma contribuição muito significativa.

Sou também muito grato aos CMG (RM1-FN) Paulo Martins e CMG (RM1-FN) Edson de Oliveira do Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais pela contribuição com suas experiências e visão do Corpo de Fuzileiros Navais.

Por fim, de maneira geral, agradeço a todos que direta ou indiretamente tornaram possível a construção e produção desta monografia.

## RESUMO

A presente pesquisa se propõe a discutir o Emprego das Operações Anfíbias (OpAnf.) na resolução de possíveis conflitos, bem como, se é válido, à Marinha do Brasil (MB), manter sua capacidade operativa para o emprego das OpAnf no século XXI. Para tanto, será analisada a trajetória das Operações Anfíbias ao longo da história e, em especial, sua execução nas 1ª e 2ª Guerras Mundiais. Outro fator importante a ser apresentado é como a Marinha do Brasil está preparada para atuar na proteção do seu vasto litoral, tendo em vista as suas riquezas depositadas na Amazônia Azul e por serem pontos focais do comércio internacional, o que pode fazer dessas áreas alvos de possíveis disputas e cenário de conflitos. Sendo assim, será verificado se mesmo um tipo de operação que remonta na antiguidade a ser utilizada no XXI pelo Brasil.

**Palavras-chave:** Operações Anfíbias, Fuzileiros Navais, Força Naval.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO.....</b>	<b>7</b>
2.1	Os Primeiros Registros das Operações Anfíbias.....	7
2.2	A Origem da Marinha do Brasil e do Corpo e Fuzileiros Navais.....	8
2.3	As Operações Anfíbias nas Grandes Guerras Mundiais.....	9
<b>3</b>	<b>CONCEITOS BÁSICOS DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS.....</b>	<b>10</b>
3.1	Aspectos Fundamentais das Operações Anfíbias.....	10
3.2	Modalidades e Emprego das Operações Anfíbias.....	11
<b>4</b>	<b>A EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS E A IMPORTÂNCIA DA CAPACIDADE ANFÍBIA NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
4.1	Evolução das Operações Anfíbias no Cenário Mundial.....	12
4.2	A Capacidade Anfíbia no Entorno Estratégico.....	13
<b>5</b>	<b>OS NOVOS MEIOS PARA MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS.....</b>	<b>15</b>
5.1	Navios de Propósitos Múltiplos e sua importância para a Projeção Anfíbia.....	15
5.2	Aquisição de Meios para o fortalecimento das Operações Anfíbias.....	17
<b>6</b>	<b>POSSÍVEIS CONFLITOS DO NOVO MILÊNIO.....</b>	<b>19</b>
6.1	Conquista do Mercado Internacional.....	19
6.2	Desastres Naturais e Apoio Humanitário.....	20
6.3	Emprego de Força pelo Conselho de Segurança da ONU.....	21
6.4	Guerra ao Terrorismo.....	22
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>23</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As Operações Anfíbias (OpAnf) são uma modalidade de operação de caráter naval, lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre um litoral hostil ou potencialmente hostil (BRASIL, 2020a). Esse tipo de operação tem uma relevância histórica por ações em diversos conflitos, principalmente, nos períodos das Grandes Guerras mundiais.

Na Primeira Guerra Mundial, a utilização das OpAnf não foi bem-sucedida, o que gerou questionamentos sobre a eficácia dessas operações, colocando-as em descrédito, sugerindo que tivessem sido superadas pelas novas tecnologias surgidas à época. Contudo, após análise realizada pela Marinha estadunidense, concluiu que o problema ocorrido no desembarque mal sucedido em Galípoli, não decorreu de falha conceitual no combate e sim na execução de técnicas e emprego de meios inadequados (RODRIGUES, 2011).

A Marinha estadunidense conseguiu reintroduzir as OpAnf no cenário da Segunda Guerra Mundial. Sendo assim, após avaliação das causas do insucesso em operações anteriores, projetaram os meios adequados para a execução, trazendo um novo contorno e importância para as operações, que se tornaram bem-sucedidas. Todavia, no período pós Segunda Guerra, a eficácia das operações de guerra retorna às discussões, sendo questionada a validade da manutenção da capacidade de realização desse tipo de operação, em virtude dos impactos psicológicos e submissão ao inimigo, sendo considerada a guerra imoral (MINGST e TOFT, 2014).

O presente trabalho tem como objetivo, apresentar o emprego das OpAnf ao longo da história, nas principais guerras nas quais ganhou notoriedade, seja pelos êxitos alcançados, ou mesmo para demonstrar que falhas na execução podem gerar uma mudança de paradigma. Ao final, discutir e responder se é válido, à Marinha do Brasil (MB), manter sua capacidade operativa para o emprego das OpAnf no século XXI, em possíveis conflitos pelo Brasil.

Para promover a discussão e responder ao questionamento, é importante observar que três quartos da população mundial residem no litoral, que com o passar dos anos, ganham uma maior importância face às suas riquezas e por serem pontos focais do comércio internacional, o que faz dessas áreas alvos de possíveis disputas e cenário de conflitos. Esses fatores contribuem para fortalecer a ação de presença das Forças Armadas pela utilização do mar. Nesse contexto, as Forças deverão, para atuarem em tais conflitos, obrigatoriamente,

serem especializadas, sob pena de comprometer o êxito das operações. Além do mais, devem contar como navios, tropas e equipamento à disposição, devidamente preparados para executar operações a partir do mar (MELLO, 2011 *apud* SOUZA, 2003).

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho está organizado da seguinte forma: a Seção 2 apresentará a evolução histórica da utilização das OpAnf no Brasil e no mundo, iniciando pela Batalha de Maratona, passando pela criação da Marinha do Brasil e do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e pela execução do desembarque em Galípoli, até a retomada da confiança nesse tipo de operação na Segunda Guerra Mundial.

Na Seção 3 serão abordados os conceitos básicos das OpAnf e suas modalidades. Será possível conhecer as características suas fases e todos os componentes que participam desse tipo de Operação.

A Seção 4 trará a evolução das operações e a importância da Capacidade Anfíbia para o Brasil e seu Emprego pela MB no cenário nacional e internacional.

A Seção 5 explorará as novas tecnologias disponíveis às Forças e que podem ser utilizadas nas Operações Anfíbias. Como exemplo, destacam-se os Navios de Propósitos Múltiplos, os Carros Lagarta Anfíbios (CLAnf) e o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS que proporcionam maior flexibilidade, proteção para tropa e aumento do poder de combate.

A Seção 6 trará uma apresentação dos possíveis conflitos em que poderão ser empregadas as tropas anfíbias no século XXI.

A Seção 7, que trará a conclusão, abordará todo o conteúdo apresentado e ao final, responderá aos questionamentos propostos quanto o emprego das Operações Anfíbias no Século XXI em possíveis conflitos pelo Brasil.

O Estudo em tela, terá como pressupostos teóricos da pesquisa, o Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (BRASIL, 2020c), que aborda o fenômeno da guerra e níveis e estilos de resolução de conflitos. Apresenta os conceitos básicos do CFN e enuncia aspectos relativos à guerra de manobra na qual se procura uma posição vantajosa em relação ao inimigo. Também aborda conceitos do emprego de Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). O Manual de Operações da Força de Desembarque (BRASIL, 2020b), que apresenta a organização das OpAnf, modalidades, fases e apoios ao Combate. O Manual Básico do Combatente Anfíbio (BRASIL, 2020a), que aborda o histórico

dos Fuzileiros Navais e as generalidades das OpAnf e A Doutrina Militar Naval (BRASIL, 2017) que orienta a aplicação do Poder Marítimo de acordo com ações de política militar em decorrência dos objetivos nacionais.

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO

As OpAnf possuem relevância histórica pelas ações desencadeadas em diversos conflitos no cenário mundial, sendo executada inicialmente sem muita técnica e após o século XX passando a ser utilizada de forma profissional. Adiante, nas subseções seguintes, será apresentada a evolução histórica das OpAnf, ressaltando sua importância enquanto estratégia de combate.

### 2.1 Os Primeiros Registros das Operações Anfíbias

O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), que é reconhecidamente uma força expedicionária por excelência, desde a sua gênese, empenha-se em promover a projeção de poder naval sobre terra e outras atividades relacionadas ao mar. No Brasil, a Brigada Real da Marinha foi a precursora do CFN, tendo surgido a partir do Alvará conferido pela Rainha D. Maria I, em 1797. Além disso, nesse documento estavam previstos, dentre outras atribuições, a defesa das embarcações de guerra, tanto para fazerem desembarques quanto para tentarem ataques contra as forças inimigas (BRASIL, 2020d). Cabe ressaltar que, ao longo dos tempos, a vocação anfíbia acabou por singularizar a atuação do CFN, destacando-o das demais Forças, com relação a forma de execução de suas missões, o que é reconhecido e consolidado pela Estratégia Nacional de Defesa (ALMEIDA, 2011).

As OpAnf estão presentes nas ações de guerra, desde os primórdios, e seus precedentes históricos remontam ao ano 490 a.C., com o emprego de embarcações para o desembarque de tropas para o combate. Um dos grandes marcos históricos da utilização das OpAnf, na Antiguidade, foi a Batalha de Maratona, na qual, o General Helênico Milcíades solicitou auxílio do povo de Esparta, seus aliados à época, para combater os Persas que, segundo informações recebidas, haviam desembarcado na região de Atenas. Contudo, por razões de cunho religioso, a ajuda solicitada não foi disponibilizada de forma imediata, o que impulsionou o General Milcíades a lançar mão de estratégias de defesa. Essa medida visava a

resistência aos ataques, o que lhe garantiu sagrar-se vencedor, mesmo contando com um número infinitamente menor de combatentes, já que sua tropa contava com cerca de 15 mil militares, contra a força Persa, que combatia com cerca 100 mil soldados e 600 embarcações (JUNIOR, 2020).

A Batalha de Maratona é um exemplo de uma OpAnf mal sucedida, na qual uma simples estratégia de defesa, sem o emprego de muita técnica, material humano ou bélico, se sobrepôs a uma quantidade muito superior de combatentes e armas, em razão destes terem sido utilizados de forma inadequada. Os Persas, que correspondiam à força atacante e contavam com um número sete vezes maior de combatentes, ainda assim, foram vencidos, graças às falhas cometidas no planejamento da operação de invasão, culminando no recuo dos Persas, para o ponto de onde partiram, com apenas um quarto dos homens que ingressaram na batalha, conferindo, assim, a vitória ao General Milcíades, não tanto por seus esforços, mas, principalmente, pela falha na execução da OpAnf do Exército Persa (JUNIOR, 2020).

## 2.2 A Origem da Marinha do Brasil e do Corpo de Fuzileiros Navais

Desde o descobrimento do Brasil pelos portugueses, o interesse pelo solo brasileiro é latente, gerando a necessidade de proteção do território. Os franceses representavam os principais interessados em tomar o território brasileiro, tendo o seu desembarque, em terras brasileiras, provocado sérios conflitos com os portugueses (BRASIL, 2020d).

O incomodo dos colonizadores portugueses com os navegantes franceses, que aportaram no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, perdurou por certo período. Posteriormente, ocorreu a primeira batalha registrada no Brasil, após a chegada da esquadra de Mem de Sá, no ano de 1567, no Rio de Janeiro, resultando na retirada dos franceses do solo brasileiro, tornando esse um momento histórico que marcou a origem da Marinha do Brasil (BRASIL, 2020d).

A estreita ligação do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e as Operações Anfíbias tem como marco o Alvará da Rainha D. Maria I, de 28 de agosto de 1797, que criou a Brigada Real de Marinha para defesa de embarcações de guerra, desembarque e defesa contra agressões ou ataques (ALMEIDA, 2011). Logo em seguida, houve a primeira missão para essa tropa que foi o envio à Guiana Francesa que resultou na conquista de Caiena por meio de

desembarque de tropas nas praias daquele local. Esse fato foi considerado um marco histórico para o CFN e considerado o “Batismo de Fogo dos Fuzileiros Navais” (MELO, 2010).

### 2.3 As Operações Anfíbias nas Grandes Guerras Mundiais

As OpAnf representam, independente da época em que foram adotadas, atividades de alta complexidade. O desembarque de tropas, parte mais importante da operação, requer muito cuidado no seu planejamento, tendo em vista as ações a serem desencadeadas no desembarque das tropas para ações em terra.

O cenário internacional, antes da Segunda Guerra Mundial, não favoreceu as condições ideais para a utilização do desembarque de tropas como operações de combate eficiente, dando início ao descrédito das OpAnf, resultante da mal sucedida campanha na Península de Galípoli, no ano de 1917. Essa operação difundiu a concepção equivocada de que avanços tecnológicos a época, como a metralhadora, ferrovias e motores a combustão, tornariam essas ações obsoletas. Todavia, concluiu-se que a problemática decorreu de dificuldades primárias na execução, tais como a ausência de desembarque em locais em que não houvesse a defesa da tropa inimiga, que comprometeu o resultado final da operação (RODRIGUES, 2011).

No início da Segunda Guerra Mundial, o insucesso das OpAnf parecia que perduraria, tendo em vista a tragédia da investida de retomada da Noruega, que estava sob o domínio dos alemães. Entretanto, as forças armadas estadunidense e britânicas, que não deixaram de apostar nesse tipo de operação, como operação eficiente de combate, utilizaram o emprego de tropas devidamente treinadas com meios adequados a fim de executar os Assaltos Anfíbios, conforme observado nas operações de Madagascar, Guadalcanal e África do Norte, quando Forças britânicas e estadunidense bem-sucedidas em suas operações. Apesar do início conturbado, o sucesso das Operações Anfíbias na Normandia, em Iwo Jima e em Okinawa, na Segunda Guerra Mundial foram significativos, e se estima que tenham sido realizadas mais de 600 OpAnf, tornando-se uma vantagem devidamente utilizada pelos Estados aliados. Esses fatos contribuíram para o reconhecimento dessa fase, como sendo a época de ouro desse tipo de Operação (RODRIGUES, 2011).

### 3 CONCEITOS BÁSICOS DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS

As OpAnf são, reconhecidamente, as mais complexas das operações militares, por se tratar de operações multifacetadas, que agregam diversos elementos em sua execução, diversificados meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, o que demanda expertise na coordenação e sincronização para uma eficiente execução.

#### 3.1 Aspectos Fundamentais das Operações Anfíbias

A premissa de uma Operação de Guerra Naval corresponde ao emprego do Poder Naval, visando a manutenção de Objetivos Nacionais de Defesa, comportando vários tipos de Operações Navais, dentre elas as OpAnf (BRASIL, 2017). É uma operação lançada do mar por uma Força Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre litoral hostil ou potencialmente hostil, cuja finalidade é lançar uma Força de Desembarque em terra, para o cumprimento de missão designada. Esse tipo de operação pode, também, ser alinhado com outros tipos de ações militares, desde que tenham como princípio básico ações de projeção de tropas em terra a partir do mar. Dentre as modalidades de OpAnf, a mais completa é o Assalto Anfíbio, que consiste de um ataque lançado do mar, para promover o desembarque, objetivando estabelecer uma Força de Desembarque em terra. Sendo assim, para sua execução, deve-se obedecer às fases de planejamento, embarque, ensaio, travessia e assalto. Dessa forma, elas representam uma sequência de execução, que poderá ser alterada de acordo com a necessidade operacional, tais como o tempo necessário para o deslocamento da ForTarAnf, ou ainda, em face do sigilo da operação. Essa modalidade de OpAnf pode ser empregada em missões para a conquista de áreas terrestres nas quais estejam localizadas bases inimigas ou impedir que o inimigo possa utilizar uma área já conquistada (BRASIL, 2017).

Para sua execução, o Comandante da Força-Tarefa Anfíbia (ComForTarAnf) é o responsável por todo o controle da Força Naval, espaço marítimo, aéreo e terrestre na Área do Objetivo Anfíbio (AOA). Deverá ter capacidade de prover todo apoio necessário para segurança da ForDbq durante o desembarque e deslocamento até o desembarque em terra (BRASIL, 2017). Em virtude da restrita disponibilidade de navios de desembarque, há uma necessidade de que a Força de Desembarque (ForDbq) elabore seu planejamento, de modo a

otimizar e potencializar os meios disponíveis, com a finalidade de não comprometer a execução da Operação (BRASIL, 2020b).

A partir do momento em que forem estabelecidas posições de comando e controle em terra da ForDbq, o comando de todas as ações em terra ficará a cargo do Comandante da Força de Desembarque (ComForDbq), até que seja consolidada a posição no litoral inimigo. A subordinação do ComForDbq ao Comandante da Força-Tarefa Anfibia (ComForTarAnf) se dará a partir do embarque das tropas e dos materiais (BRASIL, 2017).

De acordo com a modalidade de operação a ser executada, são necessários meios adequados para a efetivação do embarque no local de origem, o transporte marítimo de todo o material e pessoal até próximo a área da operação, bem como condições necessárias para que uma Força de Desembarque possa realizar a projeção até a área do objetivo em terra, com a máxima proteção necessária (BRASIL, 2020a).

### 3.2 Modalidades e Emprego das Operações Anfíbias

O CFN representa a única tropa da MB capacitada para o emprego das OpAnf, o que resulta na possibilidade de utilização imediata de uma Força Naval em condições de executar diversos tipos de tarefas, bem como por ser capacitado para atuar nas mais diversas modalidades Anfíbias, tais como: Assalto Anfíbio, Demonstração Anfíbia, Incursão Anfíbia, Projeção Anfíbia e Retirada Anfíbia, conforme estabelecido pela Doutrina Militar Naval (GAVIÃO, 2010). Dentre as modalidades anfíbias apresentadas, o Assalto Anfíbio corresponde à principal e a mais completa. Nessa modalidade, são executados ataques partindo do mar, por meio de superfície e/ou aéreos, com apoio de meios navais e/ou aéreos, com a pretensão de desembarque para estabelecimento de um controle inicial da área em terra a qual se objetiva. Para a realização das OpAnf, o elemento central é a ForDbq, que é composta, normalmente, pelo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Essa tropa tem como características de destaque a prontidão para emprego rápido, a flexibilidade em atuar em diversos tipos de ambientes, de forma independente ou em conjunto com outras forças, e a capacidade de ficar baseada em navios e coordenar ações em terra ou aéreas (BRASIL, 2020b).

Um dos objetivos principais das OpAnf é a conquista de uma área de interesse, na qual esteja estabelecida uma Força inimiga, potencialmente hostil, utilizando-se os meios de

desembarque adequados com apoio da Força Naval. Cabe ressaltar que esse tipo de operação, também, objetiva impedir que uma área ocupada seja utilizada, novamente, pelas Forças inimigas, possibilitando, assim, o apoio às Operações Terrestres. Face ao alto grau de complexidade, as Operações em tela poderão, também, envolver o emprego conjunto de outras Forças singulares, o que demandará uma equipe especializada, bem como uma significativa quantidade de meios adequados (BRASIL, 2017).

A Marinha do Brasil tem se esforçado para que os meios utilizados pela Força Naval acompanhem a evolução trazida pelo tempo. Dentre esses meios que estão interligados diretamente ao desembarque de tropas, temos os Navios de Desembarque Doca (NDD), o Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC), Navios Transporte de Tropa (NTrT), Embarcação de Desembarque de Carga Geral (EDCG), Embarcação de Desembarque de Viaturas e Material (EDVM), Navio Doca Multipropósito Bahia (NDM Bahia) e Porta-Helicópteros Multipropósito Atlântico (PHM Atlântico). Como meios aeronavais, existem os helicópteros modelo Super Pumar (UH-14), Super Cougar (UH-15), Esquilo (UH-12) e, quanto aos meios de Fuzileiros Navais, o Carro Lagarta Anfíbio (CLAnf), Viatura Blindada de Transporte de Pessoal M-113 e Viatura Blindada Especial sobre rodas 8X8 Piranha III C (BRASIL, 2020a; BRAGA e DIAS, 2017).

#### **4 A EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS E A IMPORTÂNCIA DA CAPACIDADE ANFÍBIA NO BRASIL**

As OpAnf representam uma gama considerável de possibilidades de emprego nas mais variadas missões, bem como auxiliam na multiplicação do Poder Naval. Dessa forma, é importante que esse vetor evolua para atender as necessidades da sociedade e das Nações nas quais forem empregadas.

##### **4.1 Evolução das Operações Anfíbias no Cenário Mundial**

Foi observado que as OpAnf têm seu uso há tempos na história, mas que sua utilização, com pessoal mais qualificado, meios adequados e com planejamento adequado, é relativamente recente. Foi a partir da primeira metade do século XX que as OpAnf passaram pelas renovações necessárias a fim de obter resultados mais favoráveis nas operações de guerra. Essa guinada evolutiva foi motivada pela necessidade de atender uma demanda

específica, surgida na década de 1920, quando foi percebido que, em meio a uma guerra no Pacífico, seria necessário que as Forças Navais estadunidense cumpriu o papel de fixação de bases navais avançadas, após as campanhas para conquista das Ilhas Oceânicas. Face à necessidade de meios adequados, o Corpo de Fuzileiros Navais norte-americano aperfeiçoou sua doutrina para o emprego de forças, a fim de realizar a recém-criada modalidade operativa denominada Operação Anfíbia. A comprovação de que o caminho escolhido foi o adequado pelos americanos materializou-se com sucesso no emprego da OpAnf durante a 2ª Guerra Mundial (FERREIRA, 2014).

Novos Atores surgem no cenário mundial e, com ideologias distintas, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) desenvolvem políticas de interesse nacionais, visando a conquistar aliados, a fim de exercer uma maior influência mundial. As duas superpotências possuíam o domínio de tecnologia nuclear, o que gerou uma atmosfera de intimidação global para utilização de Operações de Guerra, pela possibilidade do emprego de armas nucleares. Sendo assim, foi iniciado o período da história mundial conhecido como Guerra Fria (MINGST e TOFT, 2004).

No período pós-Guerra Fria, com o término da corrida armamentista acarretada pelo encerramento da divisão bipolarizada, tornou-se remota a possibilidade de conflitos de grande magnitude e de proporções internacionais. Desta forma, o receio da iminência de uma guerra mundial foi reduzido drasticamente, dando lugar às pequenas crises de menor potencial bélico. Nesse cenário, no qual possa ser empregado o Poder Naval em situações de menor envergadura, surge um novo conceito de OpAnf, que é a Projeção Anfíbia, pois a operação tradicional deu lugar a uma espécie de ramificação, na qual a atividade deixa de ser essencialmente bélica e de combate. Desse modo, passa a se adaptar a uma maior variedade de situações que envolvam potenciais conflitos ou mesmo ambientes permissivos. Nesse caso, nem sempre a imposição da força será necessária, e sim a possibilidade da intermediação no conflito, a fim de obter-se uma solução pacífica (FERREIRA, 2014).

#### 4.2 A Capacidade Anfíbia no Entorno Estratégico

A MB atua em consonância com os principais países que possuem grande área costeira, visando a garantia de sua soberania nos mares ou em áreas territoriais. Um dos desafios contemporâneos para a garantia da soberania é a defesa da Amazônia Azul brasileira,

imensa biodiversidade e capacidade de recursos importantes para economia que podem gerar riquezas, acaba por tornar-se potencial objeto de cobiça, tanto de grupos nacionais quanto internacionais. Essa situação torna necessária a manutenção de uma capacidade anfíbia, para garantir um poder de dissuasão constante nas áreas costeiras marítimas do País (FERREIRA,2014). Cabe também destacar que, para garantir a soberania sobre as riquezas nacionais, esse espaço tem uma importância econômica significativa em virtude da existência de portos privados e públicos que movimentam entorno de 1 bilhão de toneladas de produtos, das quais 78% é destinada ao mercado externo. Além do mais, 95% do total da exportação do Brasil, é realizada pelo mar, o que gera um valor de mais de US\$ 400 bilhões de dólares ao ano. Acrescenta-se, ainda, os recursos pela exploração do Pré-Sal que produz, anualmente, em torno de 950 milhões de barris de petróleo e 40 bilhões de metros cúbicos gás (CORREIA e COSTA, 2019).

A necessidade da manutenção da presença de uma Força Naval em área do entorno do Atlântico Sul contribui para ações em conjunto com alguns países da África Ocidental. Dessa forma, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) tem importância por buscar ações em conjunto para garantir integridade da região, integração militar e sanitária (CORREIA e COSTA, 2019).

A projeção de tropas para a participação e emprego em novas missões de paz é possível graças ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do adestramento em Operações de Paz (OpPaz) e Operações Humanitárias (OpHum), bem como pela participação nessas atividades desde o ano de 2000. A exemplo, pode-se citar a Operação Felino, que contou com a participação de outras Forças da comunidade internacional, das quais, cinco Estados são africanos. Nesse tipo de Operação, a MB realiza o seu treinamento em conjunto com militares da Comunidade dos Países de língua portuguesa (CPLP) (BRASIL, 2020g). No exercício citado, houve a participação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Timor-Leste. O objetivo desse adestramento foi a integração de todos os Estados participantes na execução de missões de Paz ou Assistência Humanitária segundo a égide da ONU. O Brasil possui um compromisso histórico com a Organização das Nações Unidas (ONU), em especial, no que se refere à participação ativa nas Operações de manutenção da paz, que visam a resguardar a vida e a propriedade de Nações e civis atingidos por catástrofes, tanto causadas pela natureza, quanto pela ação do homem.

Dessa forma, as Forças Armadas do Brasil estão capacitadas e em condições de emprego em casos de necessidades. No caso da MB, mediante a disponibilidade dos seus meios e, principalmente, pelo emprego do CFN, que representa uma Força com capacidade operacional para atuar nos mais variados tipos de missões, dentre elas, as que têm a finalidade de imposição ou manutenção da paz (BRASIL, 2020g; BRASIL, 2020h).

Segundo a estratégia marítima traçada pela Marinha estadunidense, a capacidade anfíbia é indispensável, não apenas para a execução da ligação navio terra, mas também por favorecer o poder de dissuasão pela presença constante no espaço marítimo ao longo do litoral, em condições de enfrentamento das ameaças que estejam dispersas no terreno (GAVIÃO, 2010). Sendo assim, para a Marinha do Brasil é importante manter sua capacidade anfíbia visando a manter seu poder de dissuasão no Atlântico Sul.

## **5 OS NOVOS MEIOS PARA MANUTENÇÃO DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS**

Um fator indispensável à manutenção da capacidade anfíbia, é a implementação de tecnologias que assegurem a continuidade da eficiência das OpAnf. Dessa forma, a MB e o CFN, empregam os recursos disponíveis nos vários programas que visam a distribuição de recursos para o Reparcelhamento das Forças Armadas, a fim de cumprir sua função constitucional.

### **5.1 Navios de Propósitos Múltiplos e sua importância para a Projeção Anfíbia**

Na busca pelo emprego de estratégias cada vez mais eficientes, atreladas à tecnologia para impulsionar a evolução do Poder Naval, surgem os Navios de Propósitos Múltiplos (NPM), como uma das formas de emprego dos meios navais. Dessa forma, esses novos meios proporcionam um aumento significativo na capacidade das operações, pois incorporam maior capacidade de área de atuação, tempo em operação, transporte de tropa, meios aéreos e condições de desembarque (GIOSEFFI, 2014). Nesse aspecto, essa diversidade de transporte potencializou a capacidade do Poder Naval e dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Esses navios possuem capacidade para realizar múltiplos tipos de tarefas tanto no mar e partir do mar, a exemplo das OpHum e as Operações de Evacuação de Não Combatentes (OpENC), as ações de defesa civil e dentre

outras. Desta forma, os NPM representam uma nova eficiente proposta à execução das OpAnf, o que é corroborado pelas marinhas do mundo face a capacidade que esses navios possuem de proporcionar maior flexibilidade e mobilidade para as Forças Navais. Sua capacidade logística de transporte dos meios aéreos e de Fuzileiros Navais, aliada a capacidade de descarga, amplia as possibilidades da Projeção Anfíbia em virtude de manter, em um único navio, uma gama maior de meios de desembarque. Dessa forma, torna o controle no desembarque mais eficaz, pela concentração de equipamento, material e pessoal em um único navio (GIOSEFFI, 2014).

A MB, em constante tentativa de manter a sua capacidade operacional, em agosto de 2015, adquiriu um Navio de Desembarque Multipropósito (NDM), G-40 - Bahia, que pertencia a Marinha da França. Esse novo meio permitiu um aprimoramento da capacidade anfíbia e aeronaval da Esquadra. Com características para montagem de base hospital, em virtude de possuir duas salas cirúrgicas e capacidade de desembarque de tropa, por ter uma doca alagável, torna-se uma ferramenta importante pela sua capacidade logística e flexibilidade no apoio em diversos tipos de operações. Tem uma capacidade de transporte para até 750 pessoas, das quais 450 Fuzileiros Navais. Além do mais, em situações extremas, poderá transportar até 1.500 pessoas. Cabe destacar que o navio possui instalações destinadas ao alojamento de 32 militares do sexo feminino, que vêm aumentando o quantitativo em participação na área operativa, com uma crescente utilização dessas militares pela Força Naval, inclusive nos GptOpFuzNav. Já no transporte de meios pode ser utilizado em apoio aos desembarques de tropa, pois tem a capacidade de transporte de helicópteros modelo Super Puma, Embarcações de Desembarque de Carga Geral (EDCG), Embarcação de Desembarque de Viatura e Material (EDVM), Carros Lagarta Anfíbio (CLAnf), VtrBldEsp SR PIRANHA III-C e carros de combate SK105. Sendo assim, as tarefas de Comando e Controle nas operações ficam facilitadas, em virtude da capacidade de acomodação dos Comandos das Força-Tarefa Anfíbia e da Força de Desembarque e, também, pela possibilidade de concentração, em um único navio, de diversos meios, material e pessoal (BASTOS, 2019).

Já no ano de 2017, houve a aquisição do Porta-Helicópteros Multipropósito (PHM) Atlântico, com capacidade para executar múltiplas tarefas, tais como comando e controle de uma ForTarAnf, o que representa um investimento em inovação para agregar ao

Poder Naval uma diversidade de capacidades, o que é importante para o fortalecimento da Força.

Inequivocamente, os navios adquiridos (NDM - Bahia e PHM -Atlântico) proporcionaram maior capacidade de Projeção Anfíbia à MB, em função da capacidade de transporte de pessoal, 1.100 pessoas, das quais 432 são da tripulação e pela diversidade dos tipos de aeronaves da MB, como helicópteros Seahawk (SH-16), Super Cougar (UH-15 A/B), Lynx (AH-11B), Esquilo (UH-12/13), Bell Jet Ranger III (IH-6B) e Super Puma (UH-14) (BASTOS, 2019).

## 5.2 Aquisição de Meios para o fortalecimento das Operações Anfíbias

Seguindo a tendência das demais Forças Armadas do mundo, a MB tem investido cada vez mais em equipamentos, mesmo com as restrições orçamentárias, com a finalidade de inovação de sua capacidade bélica e operacional (GIOSEFFI, 2014).

De forma a renovar a capacidade operacional da Força, em 2017, além de aquisição do Porta-Helicópteros Multipropósito Atlântico (PHM Atlântico), a MB, por meio do CFN, adquiriu 23 novos CLAnf, o que somados aos 26 que já constavam em seu inventário, passou a representar um total de 49 unidades, o que fez a MB despontar como a líder na propriedade desse modelo de veículo anfíbio no Hemisfério Sul (BRASIL, 2020f). Cabe ressaltar que, visando o aumento da capacidade logística, além dos veículos de transporte de tropa, foram adquiridas unidades para Comando e Controle e Socorro. Essa última tem uma importância fundamental na continuidade das operações, pois somente ela é capaz de realizar reparos e reboques em outras viaturas blindadas (ESTRATÉGIA GLOBAL, 2020).

Esses equipamentos oferecem uma robusta proteção blindada à tropa no momento do desembarque, visto que o momento do desembarque pode ocorrer na presença do inimigo e em condições hostis, das quais a tropa precisa estar resguardada até o desembarque em área próxima do inimigo. A opção pela aquisição desses equipamentos em uma nova versão do governo dos EUA foi favorecida pelo bom relacionamento e política internacional entre os dois Países. Nesse contexto, é importante registrar que o amistoso relacionamento entre os Fuzileiros Navais do Brasil e dos EUA contribuiu para a realização do adestramento, operação, manutenção e na transferência de tecnologia dos CLAnf, já que estes são

produzidos, exclusivamente, pelos estadunidenses. Essa integração favorece na continuidade da aquisição desses veículos que agregam modernidade, que em conjunto com modelos anteriores, adquiridos pelo CFN, a partir de 1986, facilitam o adestramento, redução do tempo de adaptação e tornam a utilização e o seu emprego no ambiente operativo mais rápido (ESTRATÉGIA GLOBAL,2020).

O CFN conta, também, com as VtrBldEsp SR PIRANHA III-C, que teve sua aquisição iniciada a partir de 2006, por meio de estudos preliminares das especificidades do CFN, com suas primeiras unidades chegando ao País em 2008. Esse meio já está na sua 3ª geração e tem sua performance confirmada pela aquisição pelos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (ELKIFURI, 2017).

Essa compra teve como fator principal a necessidade dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais no Haiti (GptOpFuzNav-HAITI) de realizar diversas missões naquele País, com o emprego de viaturas blindadas sobre rodas. Essa obrigação, da utilização de veículos sobre rodas em vez de sobre lagarta, foi motivada pela emissão de resolução da ONU proibindo a utilização de viaturas blindadas sobre lagartas para que, as ruas do Haiti não fossem destruídas, ainda mais. Inicialmente, os GptOpFuzNav-HAITI utilizaram as viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal EE 11 URUTU, do Exército Brasileiro, até que a partir abril de 2008, o 8º Contingente de Operação de Paz da MB, pôde, enfim, iniciar as ações de patrulhamento no Haiti, utilizando esse tipo de equipamento (PILAR, 2017).

O combate moderno exige o emprego de novas tecnologias para a execução das operações, o que corrobora não só a necessidade de obtenção de material bélico avançado, como também influencia na alteração da doutrina militar. Sendo assim, imbuída na necessidade de modernizar as tecnologias empregadas nas OpAnf, a MB, no ano de 2014, conseguiu, por meio do Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), o investimento para aquisição do primeiro lote do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020, que é composto de seis viaturas. Os Equipamentos são de fabricação nacional, da empresa AVIBRÁS, localizada em São Paulo. Sendo assim, a Marinha do Brasil contribui para o fortalecimento das empresas da indústria de defesa no País (DEFESANET, 2020).

A empresa brasileira já forneceu esses equipamentos para o Iraque, Irã, Arábia Saudita e já foram utilizados em conflitos internacionais, como na guerra do Iraque contra o

Irã, no período de 1980 a 1988, quando da disputa pela Península Arábica e, também, na guerra do Golfo, entre 1990 e 1991. Os avanços tecnológicos são inúmeros e várias armas têm sido criadas e utilizadas nas mais diversas operações. Sendo assim, com o desenvolvimento tecnológico dos mísseis, haverá possibilidade do planejamento mais eficaz. O uso de mísseis teleguiados proporciona uma escolha seletiva dos alvos, com economia de munição e, principalmente, com redução dos efeitos colaterais (FERREIRA, 2015).

## **6 POSSÍVEIS CONFLITOS DO NOVO MILÊNIO**

A área litorânea possui um alto valor econômico, a qual deve ser dada especial atenção no século XXI, ao ser percebido que uma parcela considerável dos conflitos regionais e das violações das regras internacionais ocorrem na região litorânea, ou demanda seu envolvimento ao se buscar a solução para encerrar os conflitos, o que torna as Operações Anfíbias uma das modalidades de guerra de guerra naval a ser executada na tentativa de resolver conflitos (MELLO, 2011 *apud* SOUZA, 2003). Nesse contexto, é necessário considerar que o Século XXI, possivelmente, será caracterizado por disputas tanto nacionais quanto internacionais, por água potável, energia elétrica e reservas de recursos naturais em geral. Esses conflitos se concentrarão, em grande parte, em áreas marítimas (ONU NEWS, 2020). Sendo assim, Nações que possuem reservas de recursos naturais, e vasta biodiversidade, despertando o interesse de outros Estados, ou seja, suas áreas passarão a ser de interesse internacional, o que poderá gerar conflitos e demandar a atuação de tropas especializadas. As Forças, além de especializadas, devem contar com navios, tropas e equipamento à disposição, devidamente preparados para executar operações a partir do mar (MELLO, 2011).

### **6.1 Conquista do Mercado Internacional**

O século XXI está norteado pela readequação das estruturas política, econômica, social, militar e étnica, impondo à ordem internacional uma unipolaridade no campo militar que, associada às assimetrias de poder, produz tensões e instabilidades indesejáveis para a paz. Nesse caso, a existência de apenas uma superpotência mundial pode multiplicar as disputas em áreas localizadas (VALLIM, 2017).

Observa-se que, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorreu um aumento dos acordos comerciais entre Países. Esses acordos têm a finalidade de garantir o desenvolvimento econômico entre as partes (VALLIM, 2017).

No entanto, caso ocorram conflitos regionais, catástrofes ou algum tipo de situação extrema, poderá trazer consequências diretas nos demais Países. A disputa pelo controle das fontes de riqueza no mundo são fatores preponderantes que podem ser passíveis do emprego de ações militares para garantia da estabilidade. Portanto, a fim de resguardar seus interesses políticos, social ou econômico, o Estado deverá ter capacidade de projetar suas Forças em locais distantes de suas bases para realizar Operações de Guerra Naval, Operações do uso limitado da Força e Operações Benignas (VALLIM, 2017).

O Brasil visando conservar a liderança política na América do Sul, deve manter sua capacidade de Projeção Anfíbia adequada ao tamanho do seu Estado no Atlântico Sul, o que sustenta a pertinência da continuidade do emprego de recursos na Marinha do Brasil, com vias a manter a capacidade anfíbia pois, dessa forma, poderá garantir seu poder de dissuasão perante as prováveis forças adversas que tenham intenção de provocar algum tipo de ameaça. Nesse cenário, várias são as possibilidades de conflitos que poderiam atingir o Brasil, o que torna indispensável a manutenção de pessoal e meios empregados na Projeção Anfíbia. Cabe destacar que o Continente Africano possui diversos problemas estruturais e divide território com organizações terroristas e pirataria, além de enfrentar problemas econômicos, financeiros, ideológicos e políticos. Portanto, em virtude do histórico de problemas estruturais que se dão naquela região, a possibilidade de ocorrência de conflitos internos é real (SIMIONI, 2014).

## 6.2 Desastres Naturais e Apoio Humanitário

Segundo o relatório das Organizações das Nações Unidas, os desastres naturais mataram 1,3 milhão de pessoas nos últimos 20 anos, deixando mais de 4 bilhões de feridos. Além de observado um aumento na ocorrência desses acontecimentos ao redor do mundo, como grandes eventos sísmicos, furações e tsunamis, tais desastres deixaram milhares de pessoas sem residência (NAÇÕES UNIDAS, 2020). Cabe destacar que, com a crescente participação externa do Brasil em outros mercados, houve, conseqüentemente, um aumento da migração externa, ocasionando uma maior preocupação do País na integridade desses

cidadãos. Tais calamidades, que atingem uma região ou um país inteiro, demandam a prestação de ajuda humanitária, de forma quase que imediata, a qual poderá impor o emprego de Operações Humanitárias (OpHum). Sendo assim, caso essa operação envolva uma ação da Força Naval, por meio de uma ForDbq, haverá a participação de uma tropa anfíbia, a exemplo da missão de ajuda humanitária ao Haiti, para o socorro das vítimas do terremoto, ocorrido no ano de 2010 (LAGE, 2011).

Dessa forma, se solicitado ao Brasil que preste ajuda humanitária, poderá empregar uma Força Anfíbia, utilizando o mar para coordenação das ações e apoio logístico. Se houver danos nos sistemas portuários, aeroportos, ferrovias ou rodovias, a Força de Desembarque estará apta a realizar o deslocamento até a área de atuação com o emprego dos meios dos quais dispões, com aeronaves, viaturas anfíbias, embarcação de desembarque e com as viaturas orgânicas das subunidades (MELLO, 2011).

Apesar das Operações Humanitárias não possuírem caráter ofensivo, as forças participantes dessa operação devem estar preparadas para situações que exijam a utilização de armamento (letal e não letal), equipamentos de proteção (individual e coletivo) e a tropa deve ser especializada, pois pode ser necessário operar em locais com condições sanitárias desfavoráveis. Ainda que tais equipamentos sejam indispensáveis, se houver uma situação de calamidade em condições atípicas, as tropas poderão empregar outros meios especializados, como engenharia e defesa química, biológica e nuclear (MELLO, 2011).

### 6.3 Emprego de Força pelo Conselho de Segurança da ONU.

A probabilidade de ocorrer um novo conflito armado de proporções mundiais, semelhantes as 1ª e 2ª Guerra Mundiais é remota, todavia, o aumento significativo da ocorrência de crises internas e regionais é iminente, o que demanda a manutenção tanto do poderio bélico quanto de tropas especializadas, em virtude da possibilidade de pronta resposta quando necessário. Na resolução desses conflitos, a comunidade internacional, geralmente por intermédio da ONU, realiza interversões militares estrangeiras, em situações de não guerra e/ou uso limitado da força. Sendo assim, faz-se necessário a manutenção do preparo de tropas especializadas para emprego imediato, a fim de que a Força Naval tenha capacidade de emprego de combate segundo a Política Nacional de Defesa (GUIMARÃES, 2017). Cabe ressaltar que a participação das Forças Armadas em Operações de Paz está regulamentada de

acordo com o contido na carta Magna, em seu artigo 4º, que traz o respaldo necessário para atuar em missões de manutenção da paz, cuja finalidade seja resguardar a independência nacional, prevalência dos direitos humanos, não-intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (BRASIL, 2020e).

Esse retrospecto em participações em missões sob a égide da ONU tem significativa importância para o Brasil, não apenas em razão de possibilitar o fortalecimento das populações socorridas, ou pela ajuda humanitária prestada, mas também pelo aspecto positivo que a imagem do Brasil alcança no cenário da política internacional. Com um respaldo de quem já participou de mais de 30 missões das Nações Unidas, dentre elas as realizadas em Angola, Moçambique, Timor-Leste, Haiti e, atualmente, no Líbano, o Brasil tem orgulho do histórico desse tipo de missão pelo retrospecto positivo da política externa brasileira com repercussão altamente positiva. Isso foi possível, pois as Forças sempre atuaram para solução de conflitos seguindo os princípios do direito internacional, justiça e cooperação (BRASIL, 2020h).

#### 6.4 Guerra ao Terrorismo

A política internacional sofreu uma significativa mudança na intensidade do combate ao terrorismo, a maior após a Guerra Fria, ocasionada pelo incidente do 11 de setembro, no qual foram realizados ataques terroristas aos Estados Unidos da América, engendrados pela organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda, em 11 de setembro de 2001, atingindo as cidades de Nova York e Washington DC, enquanto a população mundial assistia aterrorizada a investida extremista, que foi divulgada pelos principais veículos de comunicação do mundo. Após os ataques, foram deflagradas as ações de “Guerra ao Terror”, lideradas pelos Estados Unidos da América, as quais consistiam em um conjunto de ações de combate às Organizações Terroristas. Dessa forma, teve início a Guerra do Afeganistão, motivada pela necessidade de retirar do poder o líder terrorista da Al-Qaeda, Osama Bin Laden (MINGST e TOFT, 2014).

Sob o argumento de continuar combatendo o terrorismo e resguardar a segurança americana, em razão da ameaça decorrente da suposta existência de armas de destruição em massa em poder do Iraque, os EUA realizaram uma intervenção naquele país, a fim de

localizar o armamento. A nação americana buscou, inicialmente, apoio do Conselho de Segurança da ONU, para executar uma operação coletiva. No entanto, alguns Estados-membros, como a França, Rússia e Alemanha, consideraram insuficientes as evidências da existência das armas de destruição em massa, apresentadas para sustentar o desencadeamento da ação, o que resultou do não consentimento da ação pelo Conselho de Segurança. Ademais, existia a preocupação imediata em deter o grupo terrorista Al-Qaeda, no Afeganistão. Durante a invasão, nenhuma arma de destruição em massa foi localizada e a ação, teve como desdobramento, a morte do líder Iraquiano Saddam Hussein. A missão de “Guerra ao Terror”, orquestrada pelos EUA contra o Iraque, teve como resultado a destituição de um governo ditador e a garantia da continuidade do fornecimento de petróleo para os demais países. Contudo, essa ação fez inflamar o sentimento antiamericano entre os países do Oriente Médio (MINGST e TOFT, 2014).

As ocorrências geraram preocupação no cenário internacional, levando os Estados a se preocuparem com o reforço da segurança interna, surgindo, também, a necessidade de desenvolver ações de prevenção à ataques terroristas. Em que pese o Brasil não esteja relacionado entre os países mais afetados pelo terrorismo ou como alvo direto, a forte aliança com os Estados Unidos da América o torna um alvo indireto e potencial (RUIC, 2019).

Dado aos acontecimentos terroristas enfrentados pelo mundo nas últimas décadas, o Brasil, acompanhando a política internacional, tem adotado medidas que visam coibir ações terroristas, a exemplo da Lei Antiterrorismo aprovada em 2016, antes da realização das Olimpíadas Rio-2016 (VEJA, 2020). São ataques como estes que reforçam a necessidade de manter um acompanhamento constante das ações terroristas ao redor do mundo, possibilitando a elaboração de um plano de contingência com ações de resposta imediata, com a utilização dos meios adequados, a fim de evitar ou conter atuações terroristas no Brasil ou em apoio às nações amigas.

## **7 CONCLUSÃO**

As Operações Anfíbias têm no seu histórico o emprego em combate desde 490 a.C. na Batalha de Maratona e vêm passando por modificações as quais resultaram em evolução, culminando na forma como é executada nas últimas décadas, como observado na

parte histórica do presente trabalho. Como qualquer nova ação de combate precisou passar por ajustes para que pudesse evoluir com o passar dos tempos. Apresentou, durante a sua trajetória, grandes oscilações tanto favoráveis quanto contrárias ao seu emprego.

O estudo mostrou, que o fracasso das OpAnf na 1ª Guerra Mundial, em Galípoli, se deu em função da falta de execução de técnicas e meios adequados para o combate no momento do desembarque, causando um descrédito na sua utilização em Operações de guerra. Contudo, a persistência, adestramento e desenvolvimento que os EUA conseguiram nesse tipo de operação, com tropas devidamente treinadas e uma estratégia eficiente de combate, tornou possível o sucesso durante a 2ª Guerra Mundial. Sendo assim, foi possível observar uma reviravolta na utilização das OpAnf, motivada pelas vitórias em Madagascar, Guadalcanal e África do Norte pelos Americanos. Toda a evolução apontada, só se tornou possível com o desenvolvimento do emprego de técnicas que foram aperfeiçoadas ao longo dos tempos e não apenas pela aquisição de novos meios. Nesse caso, como o Corpo de Fuzileiros Navais da MB, acompanha os mesmos ensinamentos dos americanos, mantém sua capacidade expedicionária para realização das OpAnf. Essa manutenção da doutrina e do adestramento são fundamentais para, em caso necessidade, a Tropa Anfíbia estar sempre pronta para o emprego imediato.

Após o período da Guerra Fria, na qual a ocorrência de conflitos de grandes proporções passou a ser remoto, houve um aumento significativo de crises de menor envergadura, conhecidas como novas ameaças. Dessa forma, fez surgir uma evolução nos conceitos das Operações Anfíbias, conhecida com Projeção Anfíbia, em atendimentos as novas necessidades, não somente bélicas, mas, também, com não bélicas, surgidas no contexto mundial.

Como o Brasil possui uma grande área costeira e, 95% do comércio exterior é feito por vias marítimas, é importante que a Marinha do Brasil tenha meios necessários e pessoal especializado, devidamente treinado, para a manutenção das linhas de comunicação marítima abertas para equilíbrio da economia do país. A capacidade anfíbia, além da dissuasão, serve para o controle da área marítima e atuar em eventuais ações contra opositores que venham a impedir ou dificultar o comércio exterior do Brasil.

Apesar das restrições orçamentárias, os investimentos realizados na aquisição de novos meios em apoio às OpAnf, tais como os navios multipropósitos, à exemplo do Bahia e

do Atlântico, são justificáveis, pois possibilitou um aumento significativo no transporte de material e pessoal, como também da capacidade logística em apoio aos diversos tipos de operações, mesmo em locais distantes de suas bases. Além do mais, houve investimentos nos meios do Corpo de Fuzileiros Navais, que se tornou líder no acervo de Carro Lagarto Anfíbio na América do Sul. Esses veículos blindados oferecem em conjuntos com os demais, já incorporados, uma proteção à Força de Desembarque até o local próximo ao inimigo. Ademais, com a aquisição das viaturas VtrBldEsp SR PIRANHA III-C, o CFN passou a ter uma nova cinemática com emprego de viaturas blindadas sobre rodas, pela possibilidade de trafegar em diversos tipos de terreno sem a possibilidade de degradação das ruas, como foi verificado nas Operações de Paz no Haiti. Cabe destacar que as possibilidades do aumento de poder de dissuasão, pela destruição de alvos localizados, fazem dos sistemas de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020, de fabricação nacional, uma excelente aquisição em apoio às OpAnf, cuja eficiência em combate já foi comprovada pela utilização em diversos conflitos internacionais.

Na última década, a preocupação com o entorno estratégico no Atlântico Sul se tornou uma realidade. Para a garantia da soberania do Brasil, a preocupação com as riquezas naturais, com o pré-sal, petróleo e gás natural impõem a necessidade de uma Força Naval forte. Nesse caso, os GptOpFuzNav são o elemento básico para prontidão do emprego rápido, por sua flexibilidade em atuar nos diversos tipos de ambientes, de forma independente ou em conjunto com outras forças. Portanto, as alianças que o país tem com a ONU e com os Países da costa Africana, como Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau não podem ser desprezados, não só pelo valor estratégico, mas também pela existência de Países de língua portuguesa naquela região. Tal fato facilita as ações em conjunto, como também a integridade da manutenção da estabilidade do Atlântico Sul.

Pelos todos os fatos apresentados, foi possível observar que as OpAnf tem a capacidade de criar oportunidades que podem ser exploradas em terra, além de poderem ser empregadas como fator surpresa, em local e momento não aguardados, o que acarretará a desarticulação das forças inimigas, demonstrando ser de extrema utilidade para a estratégia naval e, se corretamente empregada, poderá representar uma contribuição decisiva ao resultado final do conflito. Portanto, foi possível analisar o histórico e a evolução das Operações Anfíbias e afirmar que, no século XXI, ainda é válida sua aplicação em possíveis

conflitos pelo Brasil, pois foram incorporadas evoluções tecnológicas, na doutrina, nos adestramentos, fazendo com que estas continuem a ser uma importante ferramenta estratégica de dissuasão, contribuindo para garantir a soberania do país contra ações hostis ou ameaças externas, principalmente, para garantia do entorno do Atlântico Sul.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Nélio. **Palavras do Comandante**. Âncoras e Fuzis. Rio de Janeiro, a X, n. 42, p. 03, 2011.
- ALMEIDA, Nélio. **Palavras do Comandante**. Âncoras e Fuzis. Rio de Janeiro, a. XIII, n. 45, p. 5, 2014.
- BASTOS, José C.L. **Ampliação da Capacidade Anfíbia da Marinha do Brasil**. O Anfíbio. Rio de Janeiro, p. 20-34, 2019.
- BRAGA, Carlos C.V; DIAS, Marcelo G. **13 Anos na Missão Minustah: Um Importante Legado para o Corpo de Fuzileiros Navais**. O Anfíbio. Rio de Janeiro, p.106 a 112, 2017.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. **Doutrina Militar Naval**. EMA-305. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual Básico do Combatente Anfíbio**. CGCFN-31.10. Rio de Janeiro, 2020a.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual de Operações da Força de Desembarque**. CGCFN-1-1. Rio de Janeiro, 2020b.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. CGCFN-0-1. Rio de Janeiro, 2020c.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **História Naval**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/historia-naval>>. Acesso em 20 jun. 2020d.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 10 jun. 2020e.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Corpo de Fuzileiros Navais recebe novo modelo de Carro Lagarta Anfíbio**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/corpo-de-fuzileiros-navais-recebe-novo-modelo-de-carros-lagarta-anfibios>>. Acesso em 21 jul.2020f.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Operação Felino reúne nove países de Língua Portuguesa em treinamento conjunto**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/operacao-felino-reune-nove-paises-de-lingua-portuguesas-em-treinamento-conjunto>>. Acesso em 21 jul. 2020g.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>>. Acesso em 15 jun. 2020h.
- CORREIA, Joana M.F; COSTA, Edwaldo. Atlântico Sul: **A Estratégia Naval Brasileira de Segurança e Defesa**. Marinha em Revista. 13<sup>a</sup> ed. Brasília, nº 13, p. 32 a 35, 2019.

DEFESANET. **CFN Recebe o Primeiro Lote do Sistema ASTROS**. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/cfn/noticia/14736/CFN-recebe-o-primeiro-lote-do-Sistema-ASTROS/>>. Acesso em 28jul.2020.

ESTRATÉGIA GLOBAL. **Marinha do Brasil possui a maior frota de carros anfíbios do hemisfério sul**. Disponível em: <<https://estrategiaglobal.blog.br/2019/04/marinha-do-brasil-possui-a-maior-frota-de-carros-anfibios-do-hemisferio-sul.html>>. Acesso em 22jul. 2020.

ELKFURY, José E. S. O. **Desenvolvimento dos Meios Equipamentos e Equipagens do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais-Haiti**. O Anfíbio. Rio de Janeiro, p.63 a 68, 2017.

FERREIRA, Renato R. **Projeção Anfíbia: Reforçando a Presença no Atlântico Sul**. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, a XIII, n.02, p. 09-15, 2014.

FERREIRA, Rafael P.F. **A Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020: Primeiras Impressões e Perspectivas**. O Anfíbio. Rio de Janeiro, p. 67-75, 2015.

GAVIÃO, Luiz O. **As Operações Anfíbias no século XXI**. Revista Marítima Brasileira. 6ª ed. Rio de Janeiro, v. 130, n. 01/03, p.155-179, 2010.

GIOSEFFI, José C. S. **Navios de Propósitos Múltiplos: vetor anfíbio do futuro**. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, a. XIII, n. 45, p. 33 a 35, 2014.

GUIMARÃES, Paulo S. T.. **Possibilidades e Necessidades de uma Força Expedicionária para o Brasil**. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, a. XIX, n. 48, p. 20-24, 2017.

JÚNIOR, Antônio G.J. **Batalha de Maratona**. InfoEscola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/grecia-antiga/batalha-de-maratona/>>. Acesso em: 18 jun.2020.

LAGE, Rogério R. **Projeção Anfíbia**. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, a. X, n. 42, p. 13-16, 2011.

LOUREIRO, Cesar L; FILHO Juarez C; BRITTO, Henrique Amaral. **A Importância do Apoio Logístico proporcionado pelos navios da Marinha do Brasil aos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais no Haiti**. O Anfíbio. Rio de Janeiro, p.72 a 78, 2017.

MELLO, Luis M. C. **Possíveis cenários para o emprego de Forças Anfíbias no século XXI**. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, X, n. 42, p. 16-18, 2011.

MELO, Ronaldo Lopes. **Tomada de Caiena: seu significado para a História do Corpo de Fuzileiros Navais**. Revista Navigator. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 61-69, 2010. Disponível em: <[https://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11\\_dossie6.pdf](https://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie6.pdf)>. Acesso em: 18 jun.2020.

MINGST, Karen A; TOFT, Ivan M. A. **Princípios Relações Internacionais**. 6ª ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2014.

PILAR, Ricardo.H.S. et al. **Alteração na Postura nos 13 anos do GptOpFuzNav – HAITI.** O Anfíbio. Rio de Janeiro, p.43 a 53, 2017.

RODRIGUES. Emílio O.R. **O Legado das Operações Anfíbias.** Ancora e Fuzis. Rio de Janeiro, n. 42, p. 07-11, ago. 2011.

RUIC, Gabriela. **Países mais afetados pelo terrorismo.** Revista Exame. 23 nov. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/estes-sao-os-paises-mais-afetados-pelo-terrorismo/>>. Acesso em: 10 ago.2020.

SIMIONI, Alexandre A. C. **A Projeção Anfíbia e o combate às novas ameaças no Atlântico.** Âncoras e Fuzis. Rio de Janeiro, a. XIII, n. 45, p. 24-31, 2014.

VEJA. **Terrorismo, um mal recente no país.** Brasil. 17 jun. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/terrorismo-um-mal-recente-no-pais/>>. Acesso em 12 ago. 2020.